

**Entidade Brasileira de Educação
e Saúde - ABRADES**

CNPJ 10.857.726/0001-07

Ribeirão Preto - SP

**Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial

Demonstração do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores da

Entidade Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

Ribeirão Preto - SP

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Entidade Brasileira de Educação e Saúde – ABRADES** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Entidade Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e NBC TG 1000 (R1)).

Base para Opinião com Ressalva

Contratos de Convênio a Realizar

Conforme mencionado na nota explicativa “7”, a Entidade mantém o montante de R\$ 2.179 mil registrado na conta “Contratos de Convênio a Realizar”, em 31 de dezembro de 2024. A realização deste ativo está condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais futuras e à aprovação formal das prestações de contas por parte dos órgãos concedentes, eventos cujos desfechos não podem ser determinados nesta data. Dada a ausência de evidências que suportem a efetiva realização futura destes valores, não foi possível concluir sobre a sua recuperabilidade. Conseqüentemente, o desfecho deste assunto poderá ter um impacto adverso e relevante sobre a futura posição patrimonial e o resultado da Entidade, caso estes valores venham a ser considerados irrealizáveis.

Depósitos Judiciais

Conforme mencionado na nota explicativa “8”, em 31 de dezembro de 2024, a entidade mantém R\$ 2.347 mil registrados no ativo não circulante. Este valor representa contribuições ao INSS (parte patronal e terceiros) já recolhidas, cujo reconhecimento no resultado foi postergado na expectativa da obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A recuperação deste valor é, portanto, incerta. O desfecho do processo de certificação determinará se este montante será mantido como um ativo realizável ou se deverá ser reconhecido como perda, com impacto direto e relevante sobre o resultado e o patrimônio líquido da entidade.

Confirmação Externa de Saldos – Limitação de Escopo

Não recebemos a totalidade das respostas relativas às confirmações externas de saldos (circularização) enviadas aos assessores jurídicos e instituições financeiras. Estes procedimentos de auditoria são fundamentais para confirmar a existência, integridade e avaliação dos saldos bancários, eventuais ônus e garantias, bem como a avaliação da administração sobre os litígios, passivos e ativos contingentes em 31 de dezembro de 2024



Não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria para obter evidência apropriada e suficiente sobre esses assuntos. Consequentemente, não pudemos determinar se haveria necessidade de ajustes nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, provisão para contingências, depósitos judiciais e/ou nas respectivas divulgações em notas explicativas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva, sobre as demonstrações financeiras.

Ênfase

Como descrito na nota explicativa "1", a Entidade encontra-se em processo de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme pedido de concessão do certificado, através do Requerimento de Concessão do CEBAS SIPAR nº 25000.012838/2018-12, protocolado em 22/01/2018. Em março de 2020 a Entidade obteve decisão favorável, por meio de liminar, quanto ao reconhecimento de sua imunidade tributária, porém, no que se refere à certificação do CEBAS, o processo ainda permanece em análise. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto.

Outros Assuntos

Conforme estabelecido pelas normas de auditoria, informamos que as demonstrações financeiras da Entidade, referentes ao exercício social comparativo encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por outros auditores independentes, com emissão da opinião em 02 de julho de 2024, com a indicação das mesmas ressalvas e ênfases por nós realizadas. Sobre a continuidade operacional a Entidade está mencionada na nota explicativa "1".

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) e NBC TG 1000 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de junho de 2025.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1-S/SP
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR Nº 042.667/O-1-S/SP

Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

Ribeirão Preto - SP

Balanco Patrimonial

Ativo

		Em Milhares de Reais	
		31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Circulante		<u>2.602</u>	<u>2.821</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1	0
Contas a Receber de Clientes	4	351	460
Adiantamentos a funcionários e fornecedores		0	1
Tributos a Recuperar	5	40	40
Outros Créditos	6	31	141
Contratos de Convênio a Realizar	7	2.179	2.179
Não Circulante		<u>2.364</u>	<u>2.371</u>
Depósitos Judiciais	8	2.364	2.371
Total do Ativo		<u><u>4.966</u></u>	<u><u>5.192</u></u>

Passivo e Patrimônio Líquido

		31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Circulante		<u>1.042</u>	<u>1.189</u>
Fornecedores		5	5
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	36	42
Obrigações Tributárias		0	13
Férias e Encargos		4	2
Contratos de Convênio a Executar	7	997	1.127
Não Circulante		<u>1.237</u>	<u>1.276</u>
Empréstimos e Financiamentos	10	1.013	1.039
Provisão para Contingências	11	224	237
Patrimônio Líquido	12	<u>2.687</u>	<u>2.727</u>
Patrimônio Social		2.685	391
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	403
Superavit Líquido do Exercício		2	1.933
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>4.966</u></u>	<u><u>5.192</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

Ribeirão Preto - SP

Demonstração do Resultado

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./24	01/jan./23
	a	a
	31/dez./24	31/dez./23
Receita das Atividades Operacionais	13 196	2.810
Custos	<u>(22)</u>	<u>(203)</u>
Resultado Bruto	<u>174</u>	<u>2.607</u>
Despesas das Atividades Operacionais	<u>(171)</u>	<u>(678)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	<u>(171)</u>	<u>(678)</u>
Despesas com Pessoal	0	(8)
Despesas Gerais e Administrativas	(11)	(186)
Despesas com Serviços Especializados	(152)	(474)
Despesas com Tributos	(8)	(10)
Encargos Financeiros Líquidos	<u>(1)</u>	<u>4</u>
Receitas Financeiras	0	5
Despesas Financeiras	(1)	(1)
Superavit Líquido do Exercício	<u><u>2</u></u>	<u><u>1.933</u></u>

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./24	01/jan./23
	a	a
	31/dez./24	31/dez./23
Superavit Líquido do Exercício	<u>2</u>	<u>1.933</u>
Movimentação	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	<u><u>2</u></u>	<u><u>1.933</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

Ribeirão Preto, São Paulo

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em Milhares de Reais

Eventos	Patrimônio Social	Ajustes de Exercícios Anteriores	Déficit/ Superávit do Exercício	Totais
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2023	2.363		(1.972)	391
Incorporação dos Resultados dos Períodos Anteriores	(1.972)		1.972	0
Superavit Líquido do Exercício			1.933	1.933
Ajustes de exercicios anteriores		403		403
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	391	403	1.933	2.727
Incorporação dos Resultados dos Períodos Anteriores	2.294	(361)	(1.933)	0
Superavit Líquido do Exercício			2	2
Ajustes de exercicios anteriores		(42)		(42)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	2.685	0	2	2.687

Associação Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

Ribeirão Preto - SP

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)**

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Superavit Líquido do Exercício	2	1.933
Ajustado por:		
Férias e Encargos	2	0
Provisão para Contingências Trabalhistas	(13)	(176)
Ajuste a Valor Presente	0	403
Resultado Ajustado	(9)	2.160
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Contas a Receber de Clientes	109	(140)
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	1	2
Tributos a Recuperar	0	1
Outros Créditos	68	(140)
Depósitos Judiciais	7	78
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Contas a Pagar	0	(252)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(6)	0
Obrigações Tributárias	(13)	(43)
Empréstimos e Financiamentos	(26)	0
Contratos de Convênio a Executar	(130)	(184)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1	1.482
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Partes Relacionadas	0	(1.489)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	0	(1.489)
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1	(7)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	0	7
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1	0

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Entidade Brasileira de Educação e Saúde - ABRADES

Ribeirão Preto - SP

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício

Findo Em 31 de Dezembro de 2024

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES tem por objeto, apoiar, incentivar, desenvolver e promover a saúde de forma gratuita, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata da Lei 9.790/99 e observando-se o art. 69, inciso II, do decreto 3.100, de 1999: A assistência social; A educação, de forma gratuita, por meio do ensino, qualificação profissional, pesquisas e extensão educacional, observando-se a forma complementar de participação da organização de que trata a Lei 9.790/99; A segurança alimentar; A cultura e arte; Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações, conhecimentos técnicos e científicos, relacionados a saúde, assistência social, educação, segurança alimentar, cultura e arte.

A operação realizada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE - ABRADES consiste em celebrar contratos para prestação de serviços na área da saúde e nas outras áreas que compete o seu objetivo, firmar convênios e contratos de gestão, Termos de Parceria; Termos de colaboração; Termos de fomento e acordos de cooperação com o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, visando a formulação e implementação de projetos em Unidades de Saúde, assim como participar de campanhas de prevenção a saúde e auxílio médico hospitalar.

A Entidade encontra-se em processo de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, conforme pedido de concessão do certificado, através do Requerimento de Concessão do CEBAS SIPAR n2 25000.012838/2018-12, protocolado em 22/01/2018, o qual se encontra em fase de análise. Entidades sem fins lucrativos podem solicitar pedido de benefício fiscal acerca da isenção de contribuições de seguridade social, tal dispositivo está baseado em lei 12.101/09, onde explicita as exigências para concessão deste incentivo.

A diretoria da Entidade autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 26 de junho de 2025, as quais consideram os eventos subseqüente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Continuidade Operacional

Desde a data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, a entidade obteve a aprovação e firmou contratos para 02 (dois) novos projetos significativos que impactam positivamente sua perspectiva de continuidade operacional. Em junho de 2025, um projeto com receita mensal de R\$ 179.900,00 e anual de R\$ 2.158.800,00 foi iniciado em São Bento do Sul/SC. Adicionalmente, um segundo contrato foi firmado com o município de Araquari/SC, com receita mensal de R\$ 799.166,66 e projeção de renovações anuais. Esses projetos representam uma injeção substancial de receita, mitigando as incertezas materiais sobre a capacidade da entidade de continuar em operação, que haviam sido observadas com base nos resultados do exercício de 2024.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e elaboradas de acordo com as normas aplicadas às entidades sem finalidade de lucro, conforme disposto na ITG 2002 (R1) e Contabilidade para pequenas e Médias empresas, conforme NBC TG 1000 (R1).

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Recebíveis de Convênios a Realizar

Esta conta registra os direitos a receber provenientes da execução de serviços no âmbito de convênios, contratos de gestão e termos de parceria, cujos repasses financeiros pelo Poder Público ocorrem em data posterior à competência da receita. O reconhecimento deste ativo ocorre quando a Entidade cumpre sua obrigação de performance e passa a ter o direito incondicional ao recebimento, sendo o valor mensurado pelo preço da transação estipulado no contrato. Subsequentemente, os saldos são mantidos ao custo amortizado, líquidos da Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE). A baixa do recebível é efetuada quando da confirmação do seu recebimento ou quando sua recuperação é considerada remota.

2.4 Demais Ativos Circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

2.5 Passivo Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

2.6 Passivo com Contratos a Executar

Esta conta, classificada no passivo, registra os valores recebidos de entidades governamentais a título de subvenções, convênios ou termos de parceria, cujas condições e obrigações contratuais ainda não foram integralmente cumpridas pela Entidade. O saldo representa a obrigação de prestar os serviços ou incorrer nos gastos estipulados no plano de trabalho do convênio ou, alternativamente, de devolver os recursos caso as metas não sejam atingidas. A baixa desta obrigação, com o correspondente reconhecimento da receita de subvenção na Demonstração do Resultado, ocorre de forma sistemática e racional, à medida que os custos e despesas que a subvenção visa compensar são incorridos. Este método garante o adequado confronto entre as despesas realizadas e a receita de subvenção correspondente no mesmo período contábil.

2.6 Férias a Pagar

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais até a data do balanço, acrescida de encargos sociais correspondentes.

2.7 Receitas e Despesas

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

Nota 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Caixa	<u>1</u>	<u>0</u>
	<u>1</u>	<u>0</u>

Nota 4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas inicialmente pelo valor justo das transações e ajustadas a valor presente quando relevante. São mensuradas subsequentemente considerando as eventuais variações monetárias auferidas até a data das demonstrações contábeis e ajustadas pela provisão para perdas se aplicável.

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Clientes à receber	<u>351</u>	<u>460</u>
	<u>351</u>	<u>460</u>

Demonstramos abaixo os vencimentos dos títulos:

Aging	A vencer	Vencidos
1 a 30 dias	0	0
31 a 60 dias	0	0
61 a 90 dias	0	0
91 a 120 dias	0	0
121 a 180 dias	0	0
181 a 360 dias	16	0
Mais que 361 dias	<u>0</u>	<u>335</u>
	<u>16</u>	<u>335</u>

Os saldos vencidos há mais de um ano referem-se integralmente ao cliente CISLIPA, sobre o qual houve êxito em demanda judicial para execução do valor principal, conforme documentação comprobatória.

Nota 5. Tributos a Recuperar

São demonstrados a seguir, os valores à recuperar são relativos à IRPJ Indevido, Irrf Sobre aplicação Financeira e majoritariamente Irrf Sobre Faturamento, como se devido fosse, gozadas durante os exercícios.

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Irrf Sobre Faturamento	<u>39</u>	<u>39</u>
Contribuições a Recuperar	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>40</u>	<u>40</u>

Nota 6. Outros Créditos

O saldo refere-se integralmente a um valor a receber decorrente de um contrato de mútuo (empréstimo) firmado com a parte relacionada Silmar Marcelo Mica Jr., Diretor Executivo.

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Mutuo à receber	<u>31</u>	<u>140</u>
	<u>31</u>	<u>140</u>

Nota 7. Contratos de Convênio a Realizar/Executar

Em 22 de março de 2021, a entidade firmou um convênio com o município de Sorocaba/SP no valor total de R\$ 25.197 mil (vinte e cinco milhões, cento e noventa e sete mil reais). O objetivo foi a operacionalização de 40 leitos clínicos e 20 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para o tratamento de pacientes do SUS com suspeita ou diagnóstico confirmado de COVID-19.

Do total contratado, a entidade utilizou R\$ 23.522 mil na execução do projeto. Em 2022, foi realizado um repasse adicional de R\$ 1.744 mil para liquidar folhas de pagamento e saldos com fornecedores. Adicionalmente, foi registrado um reequilíbrio econômico-financeiro para compensar a elevação extraordinária nos custos de insumos durante o período crítico da pandemia.

O saldo de Recursos de Convênio a Realizar e recursos de Convênios a Executar em 2024 estão descritos nos valores abaixo:

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Contratos de Convênio a Realizar	<u>2.179</u>	<u>2.179</u>
Ativo	<u>2.179</u>	<u>2.179</u>
Contratos de Convênio a Executar	<u>997</u>	<u>1.126</u>
Passivo	<u>997</u>	<u>1.126</u>

É de conhecimento da administração que este convênio foi objeto de análise pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que o julgou irregular. A decisão, mantida após recursos, baseou-se principalmente em questionamentos sobre os preços praticados nos serviços. Esta situação representa uma contingência relevante, cujo desfecho final poderá impactar a liquidação financeira dos saldos de ativo e passivo registrados. A administração está acompanhando o processo e aguarda as definições do TCE para proceder com os ajustes e a conclusão do convênio.

Nota 8. Depósitos Judiciais

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Trabalhistas	14	21
Ressarcimento INSS	1	1
Terceiros	2	2
INSS - Imunidade (a)	2.347	2.347
	<u>2.364</u>	<u>2.371</u>

(a) A entidade possui em andamento o processo de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A obtenção do CEBAS confere à entidade o direito à imunidade sobre a cota patronal da contribuição previdenciária (INSS).

Nota 9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Salários	1	1
INSS à Recolher	0	3
IRRF	0	3
Processos trabalhistas à pagar	35	35
	<u>36</u>	<u>42</u>

Nota 10. Empréstimos e Financiamentos

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Emerson Tadeu Gonçalves Rici	1.011	1.024
Silmar Marcelo Mica Jr	2	15
	<u>1.013</u>	<u>1.039</u>

O saldo de R\$ 1.013.240,50, registrado no Passivo Não Circulante no grupo "Empréstimos e Financiamentos", refere-se integralmente a recursos captados pela Entidade junto a seus administradores, sendo os credores Emerson Tadeu Gonçalves Rici (com saldo de R\$ 1.011.201,29) e Silmar Marcelo Mica Junior (com saldo de R\$ 2.039,21). A administração informa que tais recursos disponibilizados não possuem contratos entre mutuante e mutuária, não há prazo para liquidação e os valores apresentados não sofrem atualização monetária.

Nota 11. Provisão para Contingências

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Trabalhista	179	192
Cível	45	45
	<u>224</u>	<u>237</u>

Nota 12. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Abrades é constituído pelo patrimônio social somado ao superávit ou déficit apurado em cada exercício, sendo que todas as receitas são empregadas integralmente na consecução dos objetivos sociais da entidade. É importante ressaltar que, por norma, é vedada a distribuição de superávits, dividendos ou qualquer parcela do patrimônio, exceto no caso de dissolução da entidade.

Nota 13. Receita das Atividades Operacionais

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Receita Operacional		
Convênios	59	1.075
Doações	137	1.761
Renúncia fiscal Previdenciária	3	0
	<u>199</u>	<u>2.836</u>
(-) Deduções e Tributos		
Iss	(3)	(26)
	<u>(3)</u>	<u>(26)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>196</u></u>	<u><u>2.810</u></u>

Nota 14. Seguros (Não Auditado)

Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade não possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para veículos e acidentes pessoais, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Entidade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 15. Eventos Subsequentes

Desde a data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, a entidade obteve a aprovação e firmou contratos para 02 (dois) novos projetos significativos que impactam positivamente sua perspectiva de continuidade operacional. Em junho de 2025, um projeto com receita mensal de R\$ 179.900,00 e anual de R\$ 2.158.800,00 foi iniciado em São Bento do Sul/SC. Adicionalmente, um segundo contrato foi firmado com o município de Araquari/SC, com receita mensal de R\$ 799.166,66 e projeção de renovações anuais. Esses projetos representam uma injeção substancial de receita, mitigando as incertezas materiais sobre a capacidade da entidade de continuar em operação, que haviam sido observadas com base nos resultados do exercício de 2024.